

Os Planos da Guerra Fantástica

General
António Eduardo Queiroz Martins Barrento



1. Introdução

Quem tenha mostrado interesse ou curiosidade pela nossa participação na Guerra dos Sete Anos, naquela que em Portugal se chamou “Guerra Fantástica”, assinalou por certo a importância dos movimentos e manobras face ao reduzido impacto dos recontros e a completa ausência da batalha.

Mas estas particularidades, não sendo muito comuns, sucedem quando os exércitos são difíceis de obter e são caros, o que aumenta a preocupação em os poupar; e sucede, também, quando a diferença de potenciais dos contendores não é muito significativa. Com efeito, quando esse diferencial é elevado, o mais forte consegue, muitas vezes, forçar a batalha, para através dela conseguir a vitória.

Apesar de o exército invasor ser mais forte que o nosso (o exército Franco-Espanhol que invadiu Portugal tinha cerca de 40 000 homens e o efectivo disponível do exército Anglo-Português não chegava a 20 000 e era inferior em cavalaria e artilharia), devemos ter em conta que os portugueses defendiam o seu País, que o terreno escolhido pelo inimigo dificultou a sua manobra e que o Comandante-em-Chefe do nosso exército tinha conhecimentos, experiência, sentido estratégico e grande habilidade táctica. Estes factores aumentaram significativamente o nosso potencial de combate, impedindo o adversário de explorar a sua aparente superioridade.

Pelas razões expostas pareceu-me interessante lembrar e procurar entender os planos que se conhecem e, para tal, utilizei matéria que estudei e escrevi sobre a “Guerra Fantástica”, e publicado recentemente na colecção “Batalhas de Portugal”, sendo curioso englobar-se a nossa participação na Guerra dos Sete Anos numa colecção com este nome, por se tratar de uma batalha que nunca chegou a acontecer.

Vejamos, então os planos.

2. Os Planos

- PLANO DE INVASÃO POR TRÁS-OS-MONTES

Em 24 de Fevereiro de 1762, Carlos III dá ordem ao marquês de Sarriá para entrar em Portugal, mas as forças ainda não estavam preparadas para a acção e só em 2 de Março o Comandante-em-chefe estabelece o seu Quartel-General em Salamanca. Em 16 de Março o Rei assina o plano de operações, que prevê a invasão na fronteira do Nordeste Português entre Puebla de Sanábria e Ciudad Rodrigo. Há depois uma troca de correspondência entre o Rei e Sarriá, em que se nota a impaciência de Carlos III para que se execute a invasão, a qual colide com as razões locais de impossibilidade de passar o Douro internacional e de dificuldade em transpor o Esla, afluente da sua margem direita¹.

Nos finais de Março o Rei continua a insistir para que se passe à acção, mas só no fim de Abril parece estar preparada a força. Em 29 de Abril o Marquês informa a Corte, em Madrid, que vai iniciar o movimento e tomar a praça de Miranda do Douro. Sarriá deixa Zamora em 1 de Maio e, fazendo o exército marchar em 3 colunas, progride sobre Alcanises, onde acampa em 4 de Maio. No dia seguinte uma parte significativa das forças entra em território português.

É difícil entender o objectivo que a força inimiga pretendia alcançar ao iniciar as operações, em Portugal, com a invasão daquela província. Desejaria testar a vontade de defesa dos portugueses? Concretizar a ameaça da invasão para assim obter do monarca português a adesão ao *Pacto de Família*? Num primeiro passo conquistar o Porto, negando-o aos ingleses, para conseguir uma mudança da posição portuguesa ou, em caso negativo, marchar sobre Lisboa? Ou seria apenas ocupar uma parte do país? Não conhecemos claramente a intenção que levou à escolha deste plano, mas existem certas pistas e pode levantar-se algumas conjecturas.

Para Lúcio de Azevedo, a ideia do gabinete francês era a de que se marchasse directamente sobre Lisboa, que, segundo Choiseul, “*produziria efeito immenso se os hespanhoes o teem sabido pôr em pratica*”². Mas Carlos III, desejando que sua irmã ficasse afastada da guerra, em vez de fazer avançar o exército sobre Lisboa, por Almeida, pretendeu apoderar-se do Porto. Entrando por Trás-os-Montes, foi porém obrigado a mudar a base de operações de Ciudad Rodrigo para Zamora. Lúcio de Azevedo também sugere que, caso as forças inimigas conquistassem uma parte de Portugal, poderiam obter da Inglaterra, no fim da guerra, “*valiosas compensações*”³.

O argumento de poupar a rainha também é corroborado pela História de España, quando refere que Carlos III, desejando que Maria Victória, sua irmã e mulher de D. José, “*no se visse obligada a presenciar de cerca los horrores de la lucha*”, aceitou um plano de operações do engenheiro catalão Gabert, pelo qual o Marquês de Sarriá “*debía ocupar las Provincias de Tras-Os-Montes y de Entre Duero e Miño, y hacerse dueño de Oporto*”⁴.

Para o Conde de Lippe, a decisão de atacar a Norte do país estaria ligado ao fraco dispositivo militar naquela província, que lhe daria grande liberdade de acção, parecendo “*que o fim da sua invasão em Traz-os-Montes tinha sido reconhecer esta província e as margens do Douro*” para, passando-o, “*fazer as correrias na Beira Baixa como tinha intentado*”⁵.

Este plano não obteve os presumíveis objectivos, já que passados dois meses a força retirou para Espanha, tendo deixado apenas na praça de Chaves uma guarnição militar.

Esta atitude deveu-se, certamente, ao seguinte: os esforços que foram feitos para chegar a Braga e ao Porto, por Montalegre e, mais a sul, por Vila Pouca de Aguiar e pelo Marão, encontraram a resistência de forças regulares e milícias; as tentativas para passar o Douro em Vila Nova de Foz Coa também não tiveram sucesso e encontraram a resistência das milícias; e, além disto, porque as forças irregulares causaram grandes dificuldades aos movimentos logísticos, situação que levou Sarriá a dizer que estava num país sublevado em que era claro o “*implacable horror com que nos miran*”⁶; e a determinar que a ligação com as forças na região de Chaves se fizesse pelo itinerário de Puebla de Sanábria para a Galiza, evitando o território português.

- PLANOS DE INVASÃO PELAS BEIRAS

Regressadas a Espanha as forças que tinham invadido Trás-os-Montes, o grosso do Exército Espanhol concentra-se, a partir de 15 de Julho, na região de Ciudad Rodrigo. A este ir-se-ão juntar as forças francesas, por a França ter formalmente declarado guerra a Portugal em 20 de Junho⁷. A concentração do exército nesta região mostra claramente que foi aprovada a sugestão de Sarriá, de 11 de Junho, para atacar Almeida⁸, e que houve alteração no plano de invasão do território português, ficando agora directamente ameaçada a região das Beiras. O exército inimigo pretenderia então apoderar-se da praça de Almeida (como se veio a verificar), ficando a partir daí em condições de avançar para Oeste ou para Sul⁹.

A primeira hipótese seria, depois de aberta a porta da linha de invasão do vale do Mondego, dirigir-se a Coimbra, estando a partir daí facilitado o acesso a Lisboa ou ao Porto, num terreno melhor para a progressão e com recursos mais abundantes. A outra hipótese seria a de procurar a Sul um caminho mais fácil e mais directo sobre Lisboa, dada a vulnerabilidade e extensão daquela linha de comunicações, sobre a qual as forças regulares e irregulares portuguesas poderiam actuar, causando graves danos. Nesta segunda hipótese, o exército invasor ficaria em melhores condições para apoiar logisticamente as forças e obrigaria o Exército Anglo-Português a dividir-se, pois este teria que tentar fixar as forças invasoras em Almeida e barrar outra linha de invasão mais a Sul. Esta solução teria também a vantagem de ir testando o real valor do Exército Anglo-Português, permitindo decidir, oportunamente e com maior justeza, qual a melhor manobra a realizar.

Ainda uma outra hipótese era a de avançar directamente sobre a força Anglo-Portuguesa que se lhe opunha, para a destruir. De facto, independentemente do objectivo final, que deveria ser Lisboa, já em 20 de Maio em carta da Corte, em Aranjuez, para Sarriá, sobre a mudança do teatro de operações de Trás-os-Montes para as Beiras, este era informado da concordância de Carlos III com as propostas apresentadas em 16 e 17 do mesmo mês, de atacar a força anglo-portuguesa, como se nota no seguinte passo: “... *Pero como esa Provincia de Tras-los-Montes, quedará sin sugesion ahora porque V. E. considera preferente y El Rey también la ideia de buscar, y atacar el cuerpo [...] (y aprueba El Rey) de atacar y destruir estas tropas en que apoyan su proyecto de oposicion los portugueses*”¹⁰. Aliás, o que o Conde de Lippe mais teme é que o inimigo apenas fixe Almeida com uma força reduzida, e marche com o grosso do exército sobre o Exército Anglo-Português¹¹.

- PLANO DO CONDE DE LIPPE

Lembrados os planos do exército Franco-Espanhol para a invasão pelas Beiras recordemos aquele que foi o plano do Conde de Lippe, para fazer face ao exército invasor.

Pelo lado português, a concentração do Exército numa posição central, como era o caso da região de Abrantes, Tomar e Golegã, além de facilitar a reunião das unidades e meios logísticos, significava uma atitude de expectativa estratégica, aguardando-se que o inimigo manifestasse as suas verdadeiras intenções, para então poder reagir. Com efeito, estando o Exército Anglo-Português ali concentrado, era possível deslocar o seu centro de gravidade para o eixo de invasão da Beira Alta, caso o inimigo o viesse a utilizar, ou para a região do Alentejo, terreno bem mais fácil para o avanço do exército atacante, dada a escassez de acidentes orográficos e hidrográficos de valor. Além disso, ocupando o Exército Anglo-Português esta posição central, impediria o acesso do inimigo a Abrantes e garantiria naquela região as passagens do Tejo que lhe eram essenciais se tivesse que intervir a Sul do rio, ou balancear forças entre as duas margens. Esta ideia é tão clara no pensamento do Conde de Lippe que, passados catorze anos sobre a campanha, em carta que envia ao Marquês de Pombal a 20 de Abril de 1776, insiste que “*Abrantes é muito importante e sobretudo para a passagem do Tejo num ponto central do reino; é preciso estabelecer ali uma ou muitas pontes bem protegidas*”¹².

Mas o plano de Lippe era bem mais cauteloso e arrojado do que essa atitude de expectativa deixaria supor. Ele comportava uma acção ofensiva sobre a linha de comunicações de Alcântara, Badajoz, Mérida e Cáceres, para, levando a guerra a Espanha, ganhar a iniciativa, moralizar o nosso exército, prejudicar os preparativos para operações a realizar mais a Sul, e obrigar o inimigo a destacar forças para fazer face a essa acção. Como refere na sua Memória, com estes objectivos, “*não só se affrouxavam as operações contra Almeida, mas o projecto da invasão do Alemtejo teria sido frustrado nesta campanha*”^{13, 14}.

Este plano do Marechal-General faz-nos recordar o debate ocorrido em Abrantes entre o

Condestável D. Nuno Álvares Pereira e os do conselho de D. João I, antes da batalha de Aljubarrota, e que nos foi descrito por Fernão Lopes. Enquanto D. Nuno advogava que se barrasse o passo à progressão das tropas castelhanas, impedindo que elas chegassem a Lisboa, já que *“perdida Lisboa era perdido todo o reino”*, a maioria do conselho propunha que se fizesse uma acção ofensiva sobre a Andaluzia. Como sabemos, acabou por prevalecer a ideia do Condestável, tendo as forças castelhanas sido derrotadas em Aljubarrota.

Aquele debate do século XIV ocorre-nos, porque em ambos os casos se partiu da posição central em Abrantes e porque o plano de Lippe contém elementos daquelas duas teses antagónicas. Por um lado, comporta a acção ofensiva em Espanha, alicerçada na ideia que o Conde refere na sua Memória de dever pensar-se *“que a intenção dos inimigos era invadir o Alemtejo, depois da tomada de Almeida, cuja execução tinham até então differido, por causa da grande sêcca d’aquella provincia, que não tem agua nos mezes de estio. Havia 3 ou 4.000 homens de tropas hespanholas acantonadas em muitas povoações e aldêas entre o Tejo e o Guadiana, principalmente nas visinhanças d’Alcantara, e do rio Sabor”*¹⁵; *começava-se a formar por alli armazens; tinham-se já estabelecido muitos depositos de munições de guerra e de bôca em diversos logares da Estremadura hespanhola; e comboios de toda a espécie cobriam incessantemente a grande estrada entre Badajoz e o Exército, que sitiava Almeida”*¹⁶. Por outro lado, não descuro a vigilância e a defesa das passagens da linha de invasão da Beira Alta, barrando, como pretendia o Condestável, o acesso a Lisboa.

- CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PLANOS

As operações militares, frequentemente, não sucedem de acordo com aquilo que foi planeado e, neste caso, as acções realizadas, demonstrando a existência de planos, também nos dizem que nenhum deles foi rigorosamente seguido.

A acção ofensiva planeada por Lippe, ainda que o grosso das forças já tivesse passado o Tejo para a realizar, não chegou a ocorrer porque entretanto o exército Franco-Espanhol tomou a Praça de Almeida. Este facto obrigou o Marechal-General a trazer novamente o centro de gravidade da força para a região de Tomar-Abrantes e a enviar unidades para reforçar o destacamento do General Townshend, no Mondego, já que o inimigo a partir de Almeida poderia prosseguir para Viseu ou Coimbra. Apesar disso, houve uma acção notável do General Bourgoyne e dos seus Dragões, que entraram de surpresa em Valência de Alcântara, onde fizeram prisioneiros, destruíram provisões e capturaram três bandeiras.

Ainda que tenha sido suspensa a acção ofensiva em Espanha, da forma como fora planeada, a colocação do exército Anglo-Português na posição central permitiu até ao final da campanha utilizar a força onde esta foi necessária e à medida que o inimigo ia revelando as suas intenções.

Quanto ao exército Franco-Espanhol, após a conquista de Almeida (agora já sob o

comando do Conde de Aranda, que substituiu o Marquês de Sarriá), não prosseguiu no vale do Mondego e inflectiu nitidamente para sul, para a Beira Baixa, tendo Carlos III concordado com a proposta que lhe foi apresentada para se tomar Castelo Branco.

Ocupada esta região, o exército destacou uma força para passar o Tejo em Vila Velha de Rodão, que foi impedida de o fazer por forças de Bourgoyne. Dois outros destacamentos dirigiram-se às passagens, nas serras, das principais penetrantes para Oeste: a que de Sernadas conduz a Oleiros e se dirige à Sertã, atravessando a Serra de Moradal; e a que por Sarzedas, Alvito e Sobreira Formosa se dirige a Proença-a-Nova, atravessando a Serra das Talhadas.

O posicionamento destes destacamentos sugere-nos que o comandante do exército Franco-Espanhol possa ter pensado executar um destes três possíveis planos: passar o seu exército para sul do Tejo, em Vila Velha de Rodão, a fim de actuar no Alentejo, sendo os dois destacamentos nas serras apenas as guardas de flanco que o protegiam das acções do exército Anglo-Português durante a manobra da transposição do rio; ou, passando parte do exército para a margem esquerda do Tejo, progredir em ambas as margens sobre Abrantes e Lisboa; ou, ainda, por impossibilidade de passar forças para sul do Tejo em Vila Velha de Rodão, progredir sobre Abrantes, e atacar o exército Anglo-Português, intenção que já Sarriá apresentara ao Rei e que este concordara, conforme já vimos.

Não é fácil pensar nestas manobras sem nos lembrarmos da que foi efectuada por Filipe V, no princípio do século, na Guerra da Sucessão de Espanha. Citemos o General Ferreira Martins:

“Antecipou-se Filipe V a vir de Madrid a Plasencia e daí a Alcântara, com um exército comandado pelo marechal de França, duque de Berwick, que invadiu a fronteira portuguesa da Beira, apoderando-se de Castelo-Branco e pretendendo avançar sobre Abrantes - primeira tentativa de invasão pela margem direita do Tejo sobre Lisboa. Esbarrou, porém, com a montanha das Talhadas entre Vila-Velha e o Zézere, que o obrigou a parar, esperando que um outro corpo de tropas, entrando pela raia alentejana, avançasse pela margem esquerda do Tejo para com êle se ligar.

Reconhecendo a impossibilidade de prosseguir a marcha pela margem direita, Berwick atravessou o Tejo em Vila-Velha e tomou Marvão e Portalegre. Enquanto o conde de S. Vicente, governador das armas do Alentejo, procurava libertar essas praças, o marquês das Minas (D. António Luís de Sousa, 2.º Marquês de Minas), governador da Beira, marchava de Almeida e batia em Monsanto as tropas inimigas que ocupavam a Beira Baixa”¹⁷.

O que de facto se passou em 1762, foi que, não tendo podido transpor o Tejo para Sul, o exército Franco-Espanhol declaradamente começou a avançar sobre o grosso do exército Anglo-Português e sobre Abrantes. Porém esta acção não teve sucesso, porque o terreno é muito difícil para a progressão do atacante, nomeadamente para os movimentos da artilharia; porque as forças do exército Anglo-Português aproveitaram as excelentes

condições defensivas daquela região e dificultaram a acção do inimigo; e porque se tornava necessário ao exército invasor mandar vir de Espanha toda a logística, já que o conde de Santiago, de acordo com as instruções que recebera do Marechal-General, retirara ou destruíra na sua zona de acção os meios de subsistência que o inimigo pudesse vir a utilizar, e porque as forças de Townshend e Clark ameaçavam cortar esse cordão umbilical com a Espanha.

Em função destas dificuldades o exército invasor acabou por retirar tendo o grosso das forças passado o Tejo em Alcântara, na velha ponte romana, cuja lápide, na margem esquerda, anuncia que é ali que começa o Reino da Lusitânia.

- PLANO DE INVASÃO PELO ALENTEJO

O rigor daquele outono invernososo de 1762, as dificuldades logísticas e o cansaço das tropas obrigou o exército invasor a estabelecer-se em quartéis de inverno. Mas estando agora o exército a sul do Tejo, a campanha do ano seguinte deveria realizar-se no Alentejo. Era, pois, lógico, que o inimigo tentasse tomar algumas praças fronteiriças que lhe facilitassem a futura campanha.

De facto, em Novembro, tal veio a acontecer, com acções sobre Marvão, Campo Maior e Ouguela, que não tiveram sucesso devido às medidas que tinham sido tomadas. O Conde de Lippe pensando que essa seria a intenção do adversário e não desejando que sucedesse o que acontecera no início da campanha, quando várias praças caíram em poder do inimigo sem que houvesse resistência, preocupou-se com os comandos das praças de Marvão, Alegrete, Arronches, Ouguela, Campo Maior, Elvas, Olivença e Juromenha, e reforçou as suas guarnições.

O plano de invasão do Alentejo, previsto para o ano seguinte, não chegou a ocorrer, porque em 1 de Dezembro suspenderam-se as hostilidades, vindo a paz a ser assinada, em Fontainebleau, em 10 de Fevereiro de 1763.

3. Conclusões

Porque nesta breve apresentação apenas referimos os planos e não a campanha, apresentamos somente estas três conclusões ligadas ao planeamento estratégico e tático.

- A primeira é a permanência das condicionantes geográficas que, juntamente com a História, devem ser atentamente estudadas por quem deseje chegar às melhores soluções militares.

- A segunda é a importância da clarificação dos objectivos para que se possa obter planos de operações lógicos e consistentes, o que não parece ter acontecido com a direcção estratégica espanhola.

- A terceira é a sabedoria inerente ao plano e atitude da expectativa estratégica adoptadas pelo Conde de Lippe, que lhe permitiram ir “construindo” o exército, estar atento às intenções do inimigo que se iam revelando e utilizar a iniciativa quando tal lhe foi favorável.

* Comunicação feita no Colóquio da CPHM, de 2005.

** Sócio Efectivo e Presidente da Assembleia-Geral da Revista Militar.

1 Este assunto, bem como a invasão, particularmente em Trás-os-Montes, é tratado em pormenor in MOURINHO, António Maria. “A Invasão de Trás-os-Montes e das Beiras na Guerra dos Sete Anos...”, e a “...Guerra do Mirandum” tendo por base a correspondência do Marquês de Sarriá e do Conde de Aranda, documentos que estudou no Arquivo de Simancas, de que dá a conhecer alguns.

2 In Mémoires do Duque de Choiseul, 338, *apud* LÚCIO DE AZEVEDO. O Marquês de Pombal e a sua época, p. 282.

3 *Id.*, p. 283.

4 *História de España*. Barcelona: Institut Gallach de Libreria Ediciones, 1943.

5 CONDE DE LIPPE. *Memória sobre a Campanha de 1762*. In Revista Militar. 1849, pp. 182 e segs.

6 MOURINHO, António. “A Invasão de Trás-os-Montes...”, p. 395.

7 *Situation des Affaires du Portugal en 1762*, A.H.M.-DIV/1/7/1/30.

8 MOURINHO, António Maria. *op. cit.*, p. 394.

9 *Projectos dos Espanhóis na Campanha de 1762*, A.H.M.-DIV/1/7/1/6. Neste documento faz-se considerações interessantes sobre os planos espanhóis de invasão de Portugal.

10 *Carta da Corte para o Marquês de Sarriá de 20 de Maio de 1762*, in MOURINHO, António. *op. cit.*, pp 410-411.

11 *Carta do Conde de Lippe para o Conde de Oeiras, de 11 de Agosto*, in Boletim do Arquivo Histórico Militar. (1934), p. 243.

12 SALES, E.P. *O Conde de Lippe em Portugal*. p. 189, NOTA (1)

13 CONDE DE LIPPE. *op. cit.*, pp. 185-186.

14 A expressão *nesta campanha* quer significar *durante as operações de 1762*, não querendo dizer que se não realizasse no ano seguinte, porque os exércitos estabeleciam normalmente quartéis de Inverno, dada a dificuldade de continuarem as operações nessa época do ano.

15 Notámos na Memória, por vezes, designações geográficas incorrectas que, sendo naturais no Conde de Lippe, já são menos desculpáveis a Manuel de Arriaga, seu secretário. O rio que aqui se queria mencionar deveria ser o Sever ou o Salor, afluentes da margem esquerda do Tejo, e não o Sabor, afluente da margem direita do Douro.

16 CONDE DE LIPPE. *op. cit.*, p. 185.

17 Gen. FERREIRA MARTINS. História do Exército Português. Lisboa: Inquérito, 1945, p. 175.